

Editora e Distribuidora Educativa S.A. e suas controladas

**Demonstrações Financeiras
Individuais e consolidadas
para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8
Balancos patrimoniais	13
Demonstração dos resultados	15
Demonstração dos resultados abrangentes	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações do fluxo de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Aos Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Administração da Editora e Distribuidora Educacional S.A., aqui denominada “Companhia”, “Controladora” ou “EDE” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação com o ano de 2020. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

SOBRE A COMPANHIA

A Editora e Distribuidora Educacional S.A. (“Companhia” ou “EDE”), têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância, soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar, além de assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de software para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

NOTA

As informações operacionais e financeiras da Companhia para 2021, exceto quando de outra forma indicadas, são apresentadas com base em números consolidados, em reais, conforme a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, cujas comparações têm como base o mesmo período de 2020. Adicionalmente, os valores aqui apresentados se relacionam ao segmento Kroton, em que a EDE está incluída.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Kroton

O SUCESSO DA MAIOR REESTRUTURAÇÃO DA HISTÓRIA DA KROTON

Otimização de Custos e Despesas

A conclusão do turnaround da operação de Kroton iniciada em 2020 trouxe ganhos relevantes e perenes para companhia. Com a reformulação completa dos nossos campus, ajustando a infraestrutura física e expandindo os nossos polos parceiros, apresentamos melhora nas principais linhas de custos e despesas: **Aluguel** com o turnaround do canal campus, migrando parte da operação para parceiros e otimizando o espaço físico, além das renegociações de alugueis; e **Marketing**, que foi a linha de despesas que apresentou a maior evolução, com redução de 46% em 2021. A migração das mídias offline para online combinada com o aumento da sofisticação das estratégias de marketing digital permitiram ao mesmo tempo redução de gastos e crescimento do volume de captação o que leva a Kroton a ter **o menor Custo de Aquisição de Cliente (CAC) do setor.**

Gestão eficaz do Contas a Receber e melhora na adimplência apoiam a estratégia de foco na geração de caixa

Adicionalmente ao turnaround operacional mencionado anteriormente, o ano de 2020 também marcou um’ grande reestruturação nas contas a receber da companhia, mas era necessário manter a disciplina para que o contas a receber continuasse saudável. Os indicadores 2021 do Índice de Cobertura do CR, Prazo Médio de Recebimento e Contas a Receber Líquido deixam claro que a companhia manteve a disciplina na gestão de suas contas a receber.

Diversas ações foram implementadas para aumento da adimplência, como os exemplos a seguir: i) foco na análise de engajamento do aluno identificando precocemente alunos desengajados (*no show*), excluindo-os da receita, evitando geração de CR de baixa qualidade; ii) ações de aumento de eficiência na cobrança, com novos processos e sistema; iii) descontinuidade do programa de parcelamento especial privado (PEP); iv) revisão do modelo do programa de matrícula tardia (PMT), que passou a oferecer um parcelamento ao aluno ao longo do período letivo e não mais ao final do curso, aumentando a adimplência.

As medidas implementadas foram primordiais para apresentarmos o resultado que temos hoje: mesmo com a deterioração do cenário macroeconômico do país ao longo dos últimos anos, conseguimos apresentar um aumento da taxa de adimplência, uma redução significativa no prazo médio de recebimento do aluno pagante e, conseqüentemente, um aumento significativo na geração de caixa da companhia.

O Ensino Digital/Híbrido como forte alavanca de crescimento

Em linha com a estratégia de Cogna e seguindo uma das avenidas de crescimento mencionadas acima, o EAD segue apresentando um crescimento expressivo devido a aceleração da digitalização do Ensino Superior, expansão da rede de polos e novos cursos. Esse crescimento vem ocorrendo de forma consistente nos últimos ciclos de captação.

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2021 foi desafiador do ponto de vista econômico com evolução da maior pandemia da história recente e a piora do cenário para o PIB mundial, adicionalmente o nível de inflação, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou fora da meta estabelecida pelo Governo Federal, totalizando 10,06% em 2021. Houve também uma série de aumentos na taxa básica de juros ao longo de 2021, passando de 2,00% no início do ano e encerrando o ano em 9,25%.

Do lado positivo, O PIB fechou 2021 em 4,6%, revertendo a queda do ano anterior de 3,9%, com o PIB per capita subindo 3,9%. Por fim, ainda houve melhora no mercado de trabalho brasileiro, com o desemprego mantendo ainda patamares elevados atingindo 11,2% ao final do ano.

Historicamente, considerando o peso que a Kroton, vertical de B2C de Ensino Superior, possui para a Cogna, o perfil dos alunos atendidos e o nível de desemprego elevado, observa-se ainda impacto relevante para as operações da Companhia, com redução no ensino presencial de 18,7% em número de alunos. Em contrapartida, o Ensino a Distância, apresentou um crescimento expressivo de 14,2%, consolidando o crescimento da base de alunos de 4,4% nessa linha de negócio.

Desempenho Financeiro

Exceto quando indicado de forma diferente, os dados financeiros utilizados para a elaboração das análises a seguir refletem o resultado consolidado da Companhia de 2021, na comparação com o resultado societário para 2020.

- **Receitas Bruta e Líquida** – a receita bruta da Companhia para o exercício social de 2021 foi de R\$2.736,6 milhões, queda de 5,9% na comparação anual, devido à redução na base de alunos do Ensino Superior. A receita líquida de 2021 totalizou R\$ 1.950,0 milhões, retração de 3,6% frente a 2020, seguindo a tendência apresentada na linha de receita bruta.

- Custos de Produtos Vendidos e de Serviços Prestados – os custos da Companhia totalizaram R\$434,5 milhões, equivalente a 22% da receita líquida, queda de 5 p.p. comparado a 2020 e relacionado à queda de receita consolidada.
- Lucro Bruto e Margem Bruta – o lucro bruto de 2021 alcançou R\$ 1.515,6 milhões, com margem bruta de 77,7%, aumento de 5 p.p. na comparação com 2020.
- Despesas Operacionais – as despesas operacionais atingiram R\$ 1.340,0 milhões em 2021, representando 69% da receita líquida do período, frente à 158% da receita líquida de 2020.
- Resultado Financeiro – o resultado financeiro foi de R\$ 230,5 milhões negativos, ante os R\$ 150,1 milhões negativos registrados em 2020, no mesmo patamar do ano anterior, mesmo considerando a elevação da taxa de juros durante o ano e a pequena redução de caixa. Não obstante, o atual patamar apresentado está alinhado com o maior nível de endividamento esperado pela Companhia e terá impacto direto no Lucro Líquido da empresa ao longo dos próximos anos.
- Imposto de Renda e Contribuição Social – Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram R\$ 10,8 milhões positivos, 0,6% da receita líquida, redução de 9 p.p. na comparação anual.
- Prejuízo do exercício – o prejuízo de 2021 totalizou R\$ 44,0 milhões, com uma margem de -2,3%, frente ao prejuízo de R\$ 1.670,7 milhões e margem líquida de -82,5% em 2020, já refletindo uma melhora nos resultados operacionais e adicionalmente ao maior nível de provisionamento que a Companhia reconheceu ao longo do ano de 2020.

Governança Corporativa

A Controladora direta da Companhia, Cogna, tem suas ações - “COGN3” - listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os acionistas.

ESG | AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (considerando o Consolidado do Grupo Cogna)

O ano de 2021 consolidou iniciativas relacionadas aos aspectos ambiental, social e de governança na Cogna que não apenas apontam para o caminho que esperamos trilhar nos próximos anos como demonstram os resultados dos investimentos realizados e o aprofundamento da nossa estratégia ESG e a influência dessa agenda na Companhia.

A maturidade das nossas práticas alinhadas com a estratégia de ESG culminou com o lançamento dos “Compromissos Cogna por um Mundo Melhor”, manifesto público fruto da nossa reflexão sobre desafios e oportunidades em que a Companhia deve seguir avançando, como a diversidade, e demandas globais urgentes nas quais acreditamos ter potencial para contribuir, a exemplo das desigualdades sociais, tão presente em nosso país e, do avanço das mudanças climáticas. Assim, definimos 14 objetivos, com metas de atingimento entre 2022 e 2025, em três pilares: Equilíbrio entre Pessoas e Natureza; Educação, Diversidade e Direitos Humanos; e, Governança e Integridade.

A construção contou com o mapeamento de todas as ações da Companhia e diagnóstico de maturidade da empresa em um processo participativo. Os objetivos e metas foram aprovados pelo Conselho de Administração. Além dos compromissos públicos, existem metas internas para que possamos avançar em outros aspectos nos próximos anos. Também construímos dez novas

políticas ao longo do ano, revisamos outras 15 e realizamos mais de 20 benchmarks para temas prioritários.

Outro avanço que influenciou essa agenda foi a vinculação formal da agenda ESG no âmbito do Conselho de Administração, através da criação do Comitê de Pessoas e ESG. Esse movimento fortaleceu a estratégia de sustentabilidade em todas as unidades de negócio e deve ganhar ainda mais impulso com a implementação de critérios ESG na remuneração da liderança, mais um dos desafios previstos nos Compromissos Cogna por um Mundo Melhor.

Confira abaixo os principais destaques de 2021:

- ✓ Aumento da transparência com site dedicado à jornada de ESG da Companhia – <https://www.esgcogna.com.br/>;
- ✓ Reporte trimestral dos principais indicadores relacionados à ESG, com inclusão nos releases trimestrais ao mercado;
- ✓ Divulgação dos Compromissos Cogna por um Mundo Melhor – saiba mais em: <https://www.esgcogna.com.br/compromissos/compromisso-cogna-por-um-mundo-melhor/>
- ✓ Ações sociais, tais como: projetos, programas e atendimentos comunitários impactaram mais de 3 milhões de pessoas e, a cada R\$ 1 investido, foram gerados R\$ 8 em benefícios para a sociedade – seguindo metodologia do SROI (Social Return on Investment);
- ✓ Conquista do selo Women on Board (WOB), iniciativa independente apoiada pela ONU Mulheres, em função da atual representatividade feminina no Conselho de Administração;
- ✓ Além de nossa presença na Rede Brasil do Pacto Global, do qual somos signatários desde 2010, em 2021 formalizamos a adesão aos Princípios de Empoderamento Feminino (WEFs, na sigla em inglês), ao Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ e ao Instituto Ethos, o que nos permitirá compartilhar experiências e participar de discussões importantes da agenda ESG;
- ✓ Criação de grupos de afinidade em gênero, etnia, PCD's e LGBTQIA+;

Além do avanço monitorado nas frentes abaixo:

- Sustainalytics: Cogna avaliada como Companhia de baixo risco, entre as 2% melhores em serviços ao consumidor; melhor das Américas e 6ª posição global;
- MSCI: classificação BBB - entre as 10% melhores em Serviços Diversificados ao Consumidor;
- S&P CSA (Corporate Sustainability Assessment): acima da média do setor na avaliação, ocupando o 4º lugar global e 1ª na comparação com pares do Brasil;
- Maiores e Melhores da Exame: 1º lugar no setor de Educação, a Cogna recebeu nota 9 (de 10), dentro do grupo de empresas que se destacaram em ESG em seus setores;
- Estadão Empresas Mais: 2º lugar no ranking geral de Educação, com destaque para o 1º lugar do setor nos rankings temáticos de Inovação, Sustentabilidade e Governança Corporativa

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2021: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não deve prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos

auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Cogna declara, nos termos da Instrução CVM n.º 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 08 de abril de 2022; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece toda a confiança e apoio de todos seus alunos de Ensino Superior, instituições de ensino, órgãos governamentais, fornecedores, investidores e colaboradores, que nos ajudam cotidianamente a embarcar em uma nova era, com oportunidades de crescimento conservando o propósito de transformar a vida das pessoas por meio de uma Educação de qualidade

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Editora e Distribuidora Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura

Veja Notas Explicativas nº 2.10 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas valores significativos de ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios, os quais devem ser testados no mínimo anualmente para a identificação da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável, conforme norma contábil em vigor.</p> <p>A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolvem premissas significativas tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização); (ii) taxa de crescimento na perpetuidade; e (iii) taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas e julgamentos relacionados com as principais premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixas futuros das unidades geradoras de caixa, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como e suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia para a projeção dos fluxos de caixa futuros comparando-as com informações de mercado disponíveis, com o desempenho histórico e previsões anteriores.– Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para cada unidade geradora de caixa;– Comparação do valor em uso com o valor dos ágios por expectativa de rentabilidade futura por unidade geradora de caixa; e– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos diferenças decorrentes da aplicação da política contábil adotada pela Companhia relacionadas com a mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa, e que não foram corrigidas, devido à discordância da Companhia com os mesmos, mas que foram considerados</p>

	<p>imateriais por não impactarem na recuperação dos ágios por expectativa de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor recuperável das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
--	---

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber do segmento Kroton

Veja Notas Explicativas nº 2.7 e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, saldos significativos de contas a receber gerado pelas vendas do segmento Kroton. A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber deste segmento (ensino superior) que é proveniente de alunos com e sem parcelamentos privados, requer um julgamento significativo da Companhia na determinação das principais premissas, as quais incluem: (i) a determinação de perfil de risco do aluno; (ii) índices de inadimplência para alunos evadidos e formados; (iii) expectativa de evasão de alunos ativos; e (iv) expectativa para entrada de caixa para acordos com títulos renegociados.</p> <p>Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação das principais premissas para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber do segmento Kroton, bem como ao impacto que eventuais mudanças nestas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – conciliação das bases de dados das principais premissas com os saldos contábeis e relatórios auxiliares financeiros; – testes documentais, em base amostral, sobre os dados que suportam as principais premissas utilizados na mensuração da provisão para perdas esperadas; – recálculo dos modelos implementados pela Companhia para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os alunos com e sem parcelamentos privados e comparação com os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e – avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração da provisão de perdas de crédito esperadas para alunos sem parcelamentos privados, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia. Identificamos também ajustes que, apesar de imateriais, afetariam a mensuração da provisão de perdas de crédito esperadas para alunos com parcelamentos privados, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos</p>

	procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas de crédito sobre o contas a receber do segmento Kroton, bem como as divulgações relacionadas, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.
--	---

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 19 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP 290557/O-2

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	273.636	616.564	338.801	1.129.146
Títulos e valores mobiliários	7	24.798	26.864	500.598	707.941
Contas a receber	8	508.385	450.122	865.855	762.894
Adiantamentos		39.597	21.114	58.016	27.858
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.1	2.564	15.478	24.880	37.049
Tributos a recuperar	9.2	1.780	2.350	903	3.116
Contas a receber na venda de controladas	10	67.388	-	69.489	-
Outros créditos	11	29.582	22.048	42.161	34.874
Partes relacionadas	25	163.942	25.019	163.438	49.960
Total do ativo circulante		1.111.672	1.179.559	2.064.141	2.752.838
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	8	88.261	124.927	139.921	231.016
Tributos a recuperar	9	2.771	2.678	4.078	2.690
Contas a receber na venda de controladas	10	-	59.451	-	61.251
Outros créditos	11	25.439	31.021	30.703	36.284
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	22.2	551	582	17.306	21.949
Depósitos judiciais	22.1	15.342	17.278	20.689	22.684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	12.061	-	235.204	223.506
Partes relacionadas	25	2.212	3.351	-	-
Investimentos	12	1.722.077	1.719.392	931.588	921.718
Imobilizado	13	1.192.000	1.216.213	1.890.644	1.982.338
Intangível	14	2.089.986	2.132.903	2.204.695	2.248.783
Total do ativo não circulante		5.150.700	5.307.796	5.474.828	5.752.219
Total do ativo		6.262.372	6.487.355	7.538.969	8.505.057

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Debêntures	15	6.991	221.489	6.991	221.489
Arrendamento por direito de uso	16	40.427	33.625	65.773	57.869
Fornecedores		196.688	131.530	238.921	176.924
Fornecedores risco sacado	17	11.785	10.141	12.536	11.977
Obrigações trabalhistas	18	137.599	96.242	175.832	126.464
Imposto de renda e contribuição social a pagar		68	-	514	12.410
Tributos a pagar	19	33.368	40.130	54.329	62.859
Adiantamentos de clientes		68.996	70.516	84.739	90.421
Contas a pagar - aquisições	20	8.836	6.647	8.836	6.647
Demais contas a pagar		7.436	7.597	11.791	13.080
Debêntures a receber de partes relacionadas	25	13.911	4.051	13.911	4.051
Partes relacionadas - outros	25	1.077.312	380.317	1.634.805	112.711
		1.603.417	1.002.285	2.308.978	896.902
Não circulante					
Debêntures	15	218.643	-	218.643	-
Arrendamento por direito de uso	16	804.950	779.102	1.290.892	1.316.707
Contas a pagar - aquisições	20	14.575	19.391	14.575	19.391
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	21.1	60.656	66.976	87.145	103.287
Passivos assumidos na combinação de negócio	21.3	-	-	18.278	17.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	31.240	31.516	31.297	31.573
Demais contas a pagar		11.608	19.254	49.159	62.190
Debêntures a receber de partes relacionadas	25	800.218	800.218	800.218	800.218
Partes relacionadas - outros	25	-	1.027.850	-	2.511.932
		1.941.890	2.744.307	2.510.207	4.863.283
Total do passivo		3.545.307	3.746.592	4.819.185	5.760.185
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	2.849.616	2.849.616	2.849.616	2.849.616
Reservas de capital	24.2	107.138	91.579	107.138	91.579
Prejuízos acumulados		(239.689)	(200.432)	(239.689)	(200.432)
		2.717.065	2.740.763	2.717.065	2.740.763
Participação dos não controladores		-	-	2.719	4.109
Total do patrimônio líquido		2.717.065	2.740.763	2.719.784	2.744.872
Total do passivo e patrimônio líquido		6.262.372	6.487.355	7.538.969	8.505.057

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	27	1.455.090	1.547.543	1.950.082	2.023.949
Custo das vendas e serviços	28	(282.119)	(411.386)	(434.499)	(550.660)
Lucro bruto		1.172.971	1.136.157	1.515.583	1.473.289
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(138.832)	(251.836)	(174.641)	(255.702)
Gerais e administrativas	28	(738.576)	(566.706)	(915.953)	(742.757)
Provisão para perda esperada	28	(174.935)	(514.896)	(251.426)	(782.506)
Outras receitas operacionais	28	1	812	5.691	2.619
Outras despesas operacionais	28	(16.979)	(69.501)	(22.092)	(153.874)
Equivalência patrimonial	12	6.350	(1.420.949)	18.546	(1.255.562)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		110.000	(1.686.920)	175.708	(1.714.493)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	75.065	84.825	146.229	116.475
Despesas financeiras	29	(236.739)	(184.626)	(376.683)	(266.550)
		(161.674)	(99.801)	(230.454)	(150.075)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(51.674)	(1.786.721)	(54.746)	(1.864.568)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	23	81	(1.030)	(1.191)	(11.171)
Diferidos	23	12.336	122.344	11.973	205.033
		12.417	121.314	10.782	193.862
Prejuízo do exercício		(39.257)	(1.665.407)	(43.964)	(1.670.706)
Atribuído a:					
Acionistas controladores		(39.257)	(1.665.407)	(39.257)	(1.665.407)
Acionistas não controladores		-	-	(4.707)	(5.299)
Prejuízo básico por ação ON - R\$	30	(0,01)	(0,58)	-	-

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(39.257)	(1.665.407)	(43.964)	(1.670.706)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(39.257)	(1.665.407)	(43.964)	(1.670.706)
Atribuído a:				
Acionistas controladores	(39.257)	(1.665.407)	(39.257)	(1.665.407)
Acionistas não controladores	-	-	(4.707)	(5.299)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A
 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas para investimentos	Prejuízos acumulados	Controladora Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Consolidado Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.849.616	70.784	2.985.989	-	5.906.389	112.303	6.018.692
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.665.407)	(1.665.407)	(5.299)	(1.670.706)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(1.665.407)	(1.665.407)	(5.299)	(1.670.706)
Contribuições e distribuições aos acionistas							
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.521.014)	(1.521.014)	-	(1.521.014)
Perda de participação acionária	-	-	-	-	-	(107.553)	(107.553)
Opções outorgadas reconhecidas	-	20.795	-	-	20.795	-	20.795
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva para investimentos	-	-	(2.985.989)	2.985.989	-	-	-
Participação de acionistas minoritários	-	-	-	-	-	4.658	4.658
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	20.795	(2.985.989)	1.464.975	(1.500.219)	(102.895)	(1.603.114)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.849.616	91.579	-	(200.432)	2.740.763	4.109	2.744.872
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	-	-	-	(39.257)	(39.257)	(4.706)	(43.963)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(39.257)	(39.257)	(4.706)	(43.963)
Contribuições e distribuições aos acionistas							
Opções outorgadas reconhecidas (nota 24.5)	-	15.559	-	-	15.559	-	15.559
Participação de acionistas minoritários	-	-	-	-	-	3.316	3.316
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	15.559	-	-	15.559	3.316	18.875
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.849.616	107.138	-	(239.689)	2.717.065	2.719	2.719.784

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRETO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(51.674)	(1.786.721)	(54.746)	(1.864.568)
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	13 e 14	192.817	190.247	230.537	223.299
Depreciação IFRS-16	28	49.850	58.938	80.696	96.422
Amortização mais valia ágio alocado	28	622	315	3.889	6.255
Provisão para perda esperada	8	174.935	514.895	251.426	782.506
Ajuste a valor presente do contas a receber	8	5.690	19.479	(6.542)	24.515
Encargos financeiros no recebimento de valores da controladora		61.774	27.795	130.867	27.795
Provisão (reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis		28.572	60.983	42.014	86.247
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas		(7.937)	(24.250)	(8.238)	(25.271)
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	29	53.154	35.512	53.154	35.512
Encargos financeiros de aquisições	20	3.369	2.423	3.369	2.423
Encargos financeiros arrendamento por direito de uso	16	87.803	92.107	139.954	138.909
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas		7.786	833	12.337	2.027
Outorga de opções de ações		15.559	20.202	15.559	20.251
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		14.321	63.043	19.693	115.053
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	29	(13.034)	(4.570)	(53.052)	(12.688)
Equivalência patrimonial	12	(6.351)	1.420.948	(18.546)	1.255.562
		617.256	692.179	842.371	914.249
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) redução em contas a receber		(202.222)	(387.260)	(256.750)	(322.336)
(Aumento) redução em adiantamentos		(18.482)	12.964	(30.159)	16.182
(Aumento) redução em tributos a recuperar		20.045	9.044	26.692	34.860
(Aumento) redução em depósitos judiciais		1.936	190	1.994	960
(Aumento) redução em partes relacionadas		(320.249)	291.593	(31.284)	(18.541)
(Aumento) redução em outros créditos		(1.952)	23.505	(1.707)	31.990
(Redução) aumento em fornecedores		65.158	368	61.997	13.073
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		1.644	1.708	559	2.405
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas		41.357	(40.796)	49.368	(51.103)
(Redução) aumento em tributos a pagar		(6.614)	4.033	(21.618)	(6.290)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		(1.520)	(98.406)	(5.682)	(65.431)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados		-	(201)	-	(5.612)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		(42.645)	(61.722)	(65.556)	(78.533)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar		(7.605)	(7.494)	(13.291)	30.195
Caixa gerado pelas operações		146.107	439.705	556.934	496.068
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.654)	(1.865)	(13.697)	(31.216)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos		(81.034)	(84.395)	(129.219)	(128.946)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	15	(7.351)	(10.645)	(7.351)	(10.645)
Juros em pagamento de valores cedidos da controladora	-	(89.569)	-	(198.799)	-
Caixa líquido (aplicado na) gerado pela atividade operacional		(38.500)	342.800	207.868	325.261
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários		15.100	258.879	260.395	(19.629)
Adições ao imobilizado	13	(31.925)	(40.843)	(62.523)	(63.045)
Adições ao intangível	14	(97.227)	(141.947)	(106.298)	(149.602)
Caixa adquirido em combinação de negócio		-	(8.149)	-	502.208
Pagamentos por aquisição de controladas		-	(14.454)	-	(14.454)
Aumento de Capital em controladas e coligadas		(12.804)	(125.122)	-	(86.428)
Recebimento pela venda de controladas		-	316.985	-	327.205
Recebimento de valores cedidos pela controladora		-	1.000.000	-	1.554.000
Recebimento de dividendos de controladas		-	570.534	-	306.480
Recebimento de juros sobre capital próprio		9.664	-	7.649	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(117.192)	1.815.883	99.223	2.356.735
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Participação de não controladores		-	-	3.316	4.658
Custo de Emissão de Debêntures		(2.463)	-	(2.463)	-
Pagamento de arrendamento por direito de uso		(35.458)	(33.009)	(58.869)	(53.701)
Pagamento de dividendos a controladora		-	(1.521.014)	-	(1.521.014)
Pagamentos por aquisição de controladas		(5.986)	-	(5.986)	-
Pagamento de valores cedidos pela controladora		(143.328)	-	(1.033.434)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(187.235)	(1.554.023)	(1.097.436)	(1.570.057)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(342.928)	604.660	(790.345)	1.111.939
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	616.564	11.904	1.129.146	17.207
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	273.636	616.564	338.801	1.129.146
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(342.928)	604.660	(790.345)	1.111.939

1. Contexto operacional

A Editora e Distribuidora Educacional S.A. (“Companhia” ou “EDE”), com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas (“Consolidado” ou “Grupo”) têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância, soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar, além de assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

A controladora direta da Companhia é a Cogna Educação S.A, e suas controladas diretas, indiretas e coligadas estão descritas na nota explicativa 12.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em reunião realizada em 08 de abril de 2021.

1.1. Contexto sobre os impactos da Covid-19 aos negócios da Companhia

Em continuidade as divulgações realizadas durante o último exercício, a Companhia manteve suas medidas de segurança e prevenção de riscos, seguindo as recomendações das autoridades de saúde e do comitê interno de crise do Grupo. Mesmo procedendo com o fechamento de suas unidades presenciais, a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Assim sendo não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos.

Após avaliar os avanços ocorridos no processo de vacinação a partir do segundo semestre de 2021, e também considerar o recuo das medidas de distanciamento social e segurança, a Companhia realizou a reabertura parcial de algumas de suas unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança de seus professores e alunos, exclusivamente para realização de aulas práticas e/ou estágios (aulas teóricas ainda seguem no modelo digital).

A Companhia continuará atenta a novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os desdobramentos dos processos de vacinação, mantendo sempre seus acionistas atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 aos negócios do Grupo. Considerando um cenário que se apresenta de retomada da economia e de um retorno próximo a capacidade total de operação dos seus negócios, o Grupo continua monitorando as mudanças nas variáveis macroeconômicas dos negócios, bem como tem elaborado análises específicas em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos em tempo real, permitindo com isso sua mitigação através de planos de reação e contingência.

2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto (quando aplicáveis) são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

<u>Sociedades consolidadas</u>	Participação %	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Cepar - Centro De Ensino Superior De Parauapebas Ltda	99,99	99,99
Cemar - Centro De Ensino Superior De Maraba Ltda	99,99	99,99
Cesupar - Centro De Ensino Superior De Paragominas Ltda.	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	99,99	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional	99,99	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional	99,99	99,99
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade (i)	99,99	99,99
Platos Soluções Educacionais S.A	68,07	64,64
Eduquer Serviços Educacionais Ltda.	99,99	99,99

(i) Em 01/09/2020, a Companhia adquiriu a totalidade de 100% das quotas de participação na PSES.

b) Coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou controla em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício, e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há influência.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras da Companhia incluem as seguintes empresas coligadas:

<u>Sociedades coligadas</u>	Participação %	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
AESAPAR- Anhanguera Educacional Participações S.A	14,44	14,44
Saber – Saber Serviços Educacionais S.A	37,96	37,96

c) Participação de acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

d) Combinações de Negócios

Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Unidades Geradoras de Caixa - UGC

Para fins de avaliação de impairment, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Kroton, e; (ii) Platos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a receber pela venda de controladas.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 8 (c).

2.7. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para “*impairment*”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês no período de 12 meses para o segmento Kroton e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “*performance*” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o histórico de inadimplência de cada produto. Especificamente para o segmento Kroton, a metodologia de cálculo foi alterada durante o último trimestre do ano de 2020, de modo a considerar a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em sua data de vencimento mais antiga, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de *default*,

informações acadêmicas e dados financeiros. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias.

Adicionalmente, o cálculo da provisão para perdas esperadas considera uma expectativa de recuperação dos títulos renegociados, baseado na média histórica do evento caixa da entrada da renegociação com o aluno.

Com relação ao PEP – Parcelamento Especial Privado - a Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis, utilizando o percentual de 60% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração principalmente: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos. Esse percentual é reavaliado com base nos títulos em aberto na data base das contas a receber, conforme apresentado na nota explicativa 8. Adicionalmente a Companhia não oferta mais esse produto para novos ingressantes desde o ano de 2021.

Com relação ao PMT – Parcelamento de Matrícula Tardia, a Companhia segue processo análogo ao citado anteriormente com relação ao PEP, entretanto, a constituição de provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis é realizada considerando o percentual de 63,2% da respectiva receita líquida.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Equipamentos de informática	5	4,3
Móveis, equipamentos e utensílios	10	10
Biblioteca	10	10
Edificações e benfeitorias ¹	25	18

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela

comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais”, na demonstração do resultado.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de operação, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Adicionalmente, é realizada anualmente a revisão de vida útil dos ativos intangíveis. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles:

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis e passivos assumidos em uma combinação de negócios.

b) Softwares e produção de conteúdo

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em torno de 5 anos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

c) Marcas registradas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos.

d) Licença de operação e parceira de polo

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

e) Relações contratuais com clientes (“carteira de clientes”)

As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente, em até 12 anos.

f) Relações não contratuais com clientes (“acordo de não concorrência”)

O relacionamento não contratual com clientes, ou carteira de alunos, representa um ativo intangível chave que é separável e com valor distinto dos ativos tangíveis adquiridos e do ágio. O Relacionamento não contratual com clientes tem vida útil definida de 13 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.10. “*Impairment*” de ativos não financeiros

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Kroton, e; (ii) Platos.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Maiores informações relativas ao teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de ágio estão descritas na nota explicativa 14(b).

2.11. Fornecedores (incluindo risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada “Fornecedores – risco sacado”. Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores.

2.12. Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

2.13. Arrendamento por direito de uso

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma substituiu a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil”, onde arrendatários de imóveis passam a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Fora do escopo dessa nova norma ficaram apenas contratos de curto prazo ou de baixo valor.

O reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial é inicialmente realizado considerando a mensuração pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. Adicionalmente, nas Demonstrações dos Fluxos de caixa da Companhia, é realizada separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais).

2.14. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Passivos assumidos na combinação de negócio

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia reconhece, contabilmente, as potenciais obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - Pro Uni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. A normativa tem validade até o ano de 2024, sendo renovável por mais 10 anos.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

Em acordo com o descrito na interpretação contábil ICPC22 / IFRIC 23, os passivos relacionados às posições tributárias incertas são reconhecidos somente quando for determinado pela Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, que a autoridade fiscal provavelmente não aceite o tratamento fiscal adotado pela Companhia.

2.17. Prejuízo por ação básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

2.18. Benefícios a empregados

2.18.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia também fornece à sua equipe comercial comissões considerando as metas de vendas e receitas existentes, as quais são revisadas periodicamente. Esses valores são provisionados em “obrigações trabalhistas” mensalmente com base no atingimento de tais metas, sendo os pagamentos realizados em certos períodos do ano.

2.18.2. Pagamento baseado em ações

a) Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

b) Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria.

c) Plano de Performance Shares

Os acionistas da Companhia aprovaram, em 28 de abril de 2021, a criação do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Performance Shares”), o qual tem por objetivo permitir que os outorgados recebam opções que lhes darão o direito de, sujeito a determinadas condições de performance, adquirir e subscrever Ações com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e dos resultados da Companhia alinhando o benefício financeiro a ser obtido pelo Outorgado às Metas Anuais, conforme aplicáveis; (b) alinhar os interesses dos Outorgados aos acionistas da Companhia; (c) possibilitar à Companhia manter, no longo prazo, a ela vinculada ou às Subsidiárias, os Outorgados; e (d) incentivar a criação de valor de longo prazo à Companhia.

As opções podem ser outorgadas, inclusive as decorrentes da migração, até o limite máximo de 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. Poderão ser eleitos como outorgados os administradores e empregados da Companhia ou de suas Subsidiárias que sejam considerados executivos-chave, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Comitê.

2.19. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.20. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. O dividendo pago superior ao dividendo mínimo obrigatório é apresentado na linha de “dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

2.21. Receita na venda de produtos e serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O CPC 47 / IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas nas vendas de serviços (cursos de ensino superior presencial e ensino superior EAD):

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: (i) a existência de um contrato válido e assinado; (ii) o valor dos serviços é facilmente identificável e, (iii) é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais, no final do semestre letivo.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele presenciais um percentual entre 20% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas

operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado contas a pagar para os polos parceiros.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

2.22. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita de juros sobre mensalidades dos alunos;
- Despesa de juros proveniente de empréstimos e debêntures contraídos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Despesas de atualização monetária de contingências e dos passivos assumidos na combinação de negócios;

As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, são reconhecidas por meio do método de juros efetivos.

2.23. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio.

Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na

demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis).

2.24. Adoção de novas normas

As seguintes normas entrarão em vigor em período posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

2.24.1. CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.24.2. Alterações à CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12.

Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir:

3.1. Julgamentos

a) Determinação do período de locação

As controladas da Companhia possuem contratos de locação onde atuam como locatárias dos imóveis que são utilizados para realização das aulas presenciais (relacionados as operações do Ensino Superior). Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para as locações de prédios os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes:

- a) Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- b) Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento.
- c) Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos necessários para substituir o ativo arrendado.

3.2. Estimativas

b) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) nos ágios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentadas na nota explicativa 2.10. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* foram apreciadas e aprovadas pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 22.

d) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo e suas controladas. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.15 e 21.3. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

e) Provisão para perda esperada de contas a receber

Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 8 (c).

f) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

g) Reconhecimento de receita

Para determinar o momento em que os cinco critérios para reconhecimento de receita, descritos na nota 2.21, são atingidos, a Administração exerce seu julgamento principalmente para os títulos referentes a alunos com financiamentos como PEP e FIES.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa 2.21, para mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, a Companhia reconhece apenas a receita sobre parcela referente à sua participação.

h) **Alocação de preço de aquisição – Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores**

Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimas e julgamentos.

4. Combinações de negócios

4.1. Aquisições realizadas em 2020 e aquisição de totalidade da participação na PSES

Em 09 de março de 2020, a Companhia através de contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, realizou a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da empresa Eduquer Serviços Educacionais Ltda. (“Eduquer”). O objetivo desta aquisição é aumentar a capacidade do Grupo em atender seus mais diversos polos e mantenedoras de ensino.

Adicionalmente, em 01 de setembro de 2020 a Companhia realizou a aquisição da totalidade da participação na empresa Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade (“PSES”). Anteriormente o Grupo já possuía participação nessa empresa, porém conforme publicado às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, essa entidade era consolidada em outra unidade do Grupo Cognia, sendo que a partir de 01 de setembro de 2020, essa entidade passou a ser consolidada na EDE. Portanto, considerando que se trata de uma transação entre partes relacionadas, não foi apurado os valores a “fair value” dessa transação, sendo registrado a valor de custo.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidos pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. A seguir apresentamos os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

	Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		273.636	616.564	338.801	1.129.146
Contas a receber		596.646	575.049	1.005.776	993.910
Contas a receber na venda de controladas		67.388	59.451	69.489	61.251
Outros créditos		55.021	53.069	72.864	71.158
Partes relacionadas		166.154	28.370	163.438	49.960
		1.158.845	1.332.503	1.650.368	2.305.425
Ativo - Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	1	24.798	26.864	500.598	707.941
		24.798	26.864	500.598	707.941
Passivo - Custo amortizado					
Debêntures		225.634	221.489	225.634	221.489
Fornecedores		196.688	131.530	238.921	176.924
Fornecedores risco sacado		11.785	10.141	12.536	11.977
Contas a pagar – aquisições		23.411	26.038	23.411	26.038
Demais contas a pagar		19.044	26.851	60.950	75.270
Debêntures a receber de partes relacionadas		814.128	804.268	814.128	804.268
Partes relacionadas – outros		1.077.313	1.408.168	1.634.805	2.624.644
		2.368.003	2.628.485	3.010.386	3.940.610

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis àqueles praticados no mercado.

5.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia e o Conselho de Administração supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital:

a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não realizaram qualquer operação com derivativos durante o ano de 2021.

b) Risco de mercado – risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>Taxa de Juros</u>
Debêntures	225.634	221.489	CDI + 2,75% a.a.
Contas a pagar por aquisições	23.411	26.038	CDI
Debêntures a receber de partes relacionadas	814.128	804.268	CDI
Partes relacionadas – outros	1.634.805	2.624.644	CDI
Total	<u>2.697.978</u>	<u>3.676.439</u>	

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos:

Contas a receber

A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matrícula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo com que o mesmo negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento Kroton, para os alunos contemplados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo FGEDUC. Para a parcela de crédito não garantida pelo programa, a Companhia estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão.

Em 2015, a Companhia ofereceu ao aluno um produto de Parcelamento Estudantil Privado (PEP) - com o objetivo principal de ofertar uma alternativa de pagamento para o aluno que não obteve o FIES. O produto tem como objetivo financiar parte do curso, de 70% a 50% do valor da mensalidade, com atualização do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a serem pagos com o mesmo prazo de duração do curso escolhido, após sua conclusão.

A partir de 2018, para os novos ingressantes, (exceto na Faculdade Anhanguera), a Companhia realizou uma alteração no vencimento das parcelas financiadas, estabelecendo que o prazo de pagamento da parte parcelada do primeiro semestre em que o aluno optou por esse produto seria transferida para o semestre subsequente. Dessa forma, no segundo semestre, o aluno pagaria as parcelas financiadas no primeiro semestre e novas receitas com vencimentos nos semestres seguintes, sendo reconhecidas como receitas de parcelamento privado. As contas a receber de longo prazo dos alunos beneficiados pelo PEP são ajustadas a valor presente. Adicionalmente, a partir do ciclo 2021 a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes.

A partir do segundo semestre de 2016, a Companhia ofereceu ao aluno um produto de Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT) - com o objetivo principal de viabilizar a captação de calouros com matrícula tardia. Esse conceito aplicava-se aos alunos que ainda não tinham efetivado suas matrículas, pois ingressaram após

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o início das aulas, mas em tempo hábil para completar a carga horária mínima do semestre. Inicialmente, o plano ofertava ao aluno a condição de pagamento destas parcelas iniciais do semestre nos meses subsequentes a sua formatura. No segundo semestre de 2021, a Companhia procedeu com uma mudança na oferta desse produto, considerando que nas novas captações de alunos as mensalidades postergadas serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas posteriormente a formatura

As contas a receber de clientes desse grupo são compostas principalmente por clientes pessoa física, vinculados à prestação de serviços de graduação e negociações de dívida. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos de dívidas e da segregação dos alunos por tipo de produto e perfil, (por exemplo, aluno FIES e alunos PEP).

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver), ou conforme as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes (nota explicativa 9)		
Kroton	2.810.930	2.737.199
Platos	43.934	50.516
Outros	914	586
Cartão de crédito	31.170	5.216
Contas a receber bruto	2.886.948	2.793.517

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalentes de caixa (nota explicativa 5)				
AAA (i)	273.575	405.881	338.618	917.950
AA (ii)	61	210.683	183	211.196
	273.636	616.564	338.801	1.129.146
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 6)				
AAA (i)	-	-	436.915	466.505
AA (ii)	24.798	26.864	63.683	241.436
	24.798	26.864	500.598	707.941

(i) Uma vez que o Santander Brasil não é avaliado pela Fitch, foi utilizado o *rating* da agência *Standard & Poor's*, para classificação das aplicações emitidas pela instituição financeira no montante de R\$ 726.507, sendo R\$ 337.318 alocados em caixa e equivalentes de caixa, e R\$ 389.188 alocados em títulos e valores mobiliários.

(ii) As aplicações em títulos do Tesouro Nacional são classificadas pelo *rating* Brasil considerando a escala global que é de BB-, sendo que na correspondência de *rating* em escala global e local essa classificação é alocada em AA

A variação na classificação dos saldos entre períodos é atribuída às mudanças de "*rating*" pela agência de classificação de risco, Fitch Ratings.

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizada de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. O Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias.

O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pelo Grupo. A tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a debêntures, contas a pagar a fornecedores e contas a pagar por aquisições. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros por faixa de vencimento

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	238.921	-	-	238.921
Fornecedores - Risco Sacado	12.536	-	-	12.536
Debêntures	6.991	54.630	164.013	225.634
Contas a pagar por aquisições	8.836	5.029	9.546	23.411
Debêntures a receber de partes relacionadas	13.911	-	800.218	814.129
Partes relacionadas – outros	1.634.805	-	-	1.634.805
	1.916.000	59.659	973.777	2.949.436

Passivos financeiros por faixa de vencimento – Projetado ⁽ⁱ⁾

				Consolidado
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	238.921	-	-	238.921
Fornecedores - Risco Sacado	12.536	-	-	12.536
Debêntures	7.300	57.047	171.268	235.615
Contas a pagar por aquisições	9.227	5.251	9.968	24.446
Debêntures a receber de partes relacionadas	14.526	-	835.616	850.142
Partes relacionadas – outros	1.707.123	-	-	1.707.123
	1.989.633	62.298	1.016.852	3.068.783

(i) Considera o cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: CDI – 4,42% e IPCA – 10,06% ao ano.

5.3. Gestão de capital

Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures e contas a pagar por aquisições	(249.045)	(247.527)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	839.399	1.837.087
Caixa Líquido (dívida líquida)	590.354	1.589.560
Patrimônio líquido	2.719.784	2.744.872
Índice de alavancagem financeira	-21,71%	-57,91%

5.4. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI – 4,42% e IPCA – 10,06% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021	Exposição	Risco	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário possível -25%	Cenário Remoto -50%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	839.399	Alta CDI	37.132	46.415	55.697
Debêntures e Contas a pagar atreladas ao CDI	(2.697.979)	Alta CDI	(119.348)	(149.185)	(179.022)
	(1.858.580)		(82.216)	(102.770)	(123.325)

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais B3 S.A, ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa				
Conta corrente	5.363	3.555	6.630	4.354
	5.363	3.555	6.630	4.354
Aplicações financeiras				
OPCM – Operação Compromissada (i)	268.039	401.823	268.039	409.328
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	234	211.186	64.132	715.464
	268.273	613.009	332.171	1.124.792
	273.636	616.564	338.801	1.129.146

(i) Notas do Tesouro Nacional *over night* e operação compromissada são aplicações financeiras diárias com bancos privados com lastros em títulos públicos sem risco de perda de rentabilidade em caso de resgate e com liquidez imediata.

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos exclusivos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 102,28% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (93,39% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LF - Letras Financeiras	-	-	47.727	10.571
LFT - Letra Financeira do Tesouro	24.798	26.864	452.871	697.370
	24.798	26.864	500.598	707.941

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 102,86% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (93,39% do CDI em 30 de dezembro de 2020).

8. Contas a receber

a) Composição

	Controladora			
	31/12/2021			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	25.128	-	-	25.128
Kroton	1.600.892	(1.020.356)	(26.842)	553.694
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	1.077.991	(713.950)	(26.804)	337.237
PEP	808.935	(510.286)	(23.380)	275.269
PMT	269.056	(203.664)	(3.424)	61.968
Kroton sem parcelamento privado	522.901	(306.406)	(38)	216.457
Pagante	426.042	(251.494)	(38)	174.510
FIES (Parcelamento Público)	96.859	(54.912)	-	41.947
Platos	42.009	(25.105)	-	16.904
Outros	920	-	-	920
Total	1.668.949	(1.045.461)	(26.842)	596.646
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	565.830	(331.511)	(38)	234.281
Ativo circulante				508.385
Ativo não circulante				88.261
				596.646

	Controladora			
	31/12/2020			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	4.967	-	-	4.967
Kroton	1.538.660	(980.199)	(21.262)	537.199
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	965.823	(635.597)	(21.113)	309.114
PEP	712.897	(440.832)	(16.854)	255.212
PMT	252.926	(194.765)	(4.259)	53.902
Kroton sem parcelamento privado	572.837	(344.603)	(149)	228.085
Pagante	489.160	(290.329)	(149)	198.682
FIES (Parcelamento Público)	83.677	(54.274)	-	29.403
Platos	43.622	(11.433)	-	32.189
Outros	694	-	-	694
Total	1.587.943	(991.632)	(21.262)	575.049
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	617.153	(356.036)	(149)	260.968
Ativo circulante				450.122
Ativo não circulante				124.927
				575.049

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31/12/2021			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	31.170	-	-	31.170
Kroton	2.810.930	(1.809.291)	(46.393)	955.246
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	2.040.749	(1.350.540)	(46.308)	643.901
PEP	1.557.645	(988.606)	(39.021)	530.018
PMT	483.104	(361.934)	(7.287)	113.883
Kroton sem parcelamento privado	770.181	(458.751)	(85)	311.345
Pagante	606.208	(360.352)	(85)	245.771
FIES (Parcelamento Público)	163.973	(98.399)	-	65.574
Platos	43.934	(25.486)	-	18.448
Outros	914	(2)	-	912
Total	2.886.948	(1.834.779)	(46.393)	1.005.776
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	815.029	(484.239)	(85)	330.705
Ativo circulante				865.855
Ativo não circulante				139.921
				1.005.776

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Contas a receber	Perda esperada	AVP	Contas a receber líquido
Cartão de Crédito	5.216	-	-	5.216
Kroton	2.737.199	(1.745.230)	(39.851)	952.118
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	1.865.062	(1.222.736)	(39.567)	602.759
PEP	1.412.171	(874.857)	(30.833)	506.481
PMT	452.891	(347.878)	(8.734)	96.279
Kroton sem parcelamento privado	872.137	(522.494)	(284)	349.359
Pagante	729.227	(425.217)	(284)	303.726
FIES (Parcelamento Público)	142.910	(97.277)	-	45.633
Platos	50.516	(14.632)	-	35.884
Outros	586	106	-	692
Total	2.793.517	(1.759.756)	(39.851)	993.910
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	923.239	(537.020)	(284)	385.935
Ativo circulante				762.894
Ativo não circulante				231.016
				993.910

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (aging list)

	Consolidado	
	31/12/2021 ⁽ⁱ⁾	31/12/2020 ⁽ⁱ⁾
Valores a vencer		
Vencidos	1.103.086	1.177.602
Até 30 dias	99.677	83.523
Entre 31 e 60 dias	55.566	89.111
Entre 61 e 90 dias	74.066	91.729
Entre 91 e 180 dias	256.298	289.289
Entre 181 e 365 dias	354.235	422.043
Acima de 365 dias	944.020	640.219
Total vencidos	1.783.861	1.615.915
Provisão para perda esperada	(1.834.779)	(1.759.756)
Ajuste a valor presente	(46.393)	(39.851)
	1.005.776	993.910

(i) O *aging list* foi calculado considerando o vencimento de cada título, exceto para o produto Kroton Pagante, onde os títulos foram agrupados considerando a faixa de vencimento mais antiga do aluno (efeito arrasto).

A seguir apresentamos as aberturas de análise de vencimentos por tipo de contas a receber:

Kroton – alunos pagantes

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo Total	%	Saldo Total	%
Valores a vencer	29.832	5%	47.568	7%
Vencidos				
Até 30 dias	21.389	4%	36.040	5%
Entre 31 e 60 dias	30.963	5%	33.931	5%
Entre 61 e 90 dias	56.123	9%	80.198	11%
Entre 91 e 180 dias	151.032	25%	194.887	27%
Entre 181 e 360 dias	179.351	30%	213.880	29%
Acima de 365 dias(i)	137.434	23%	122.440	17%
Total vencidos	576.291	95%	681.375	93%
Contas a Receber Bruto Pagante	606.123	100%	728.943	100%
(-) Saldo de PCLD	360.352		425.217	
Contas a Receber Líquido Pagante	245.771		303.726	
Percentual de PCLD/CR Bruto¹	59,5%		58,3%	

(i) Considera as contas a receber do aluno em seu maior atraso (efeito arrasto por CPF do aluno), isto é, a soma dos títulos que tem vencimento em até 365 dias, mas que devido a ter algum título do aluno com data de vencimento superior e que já foi baixado para perda, passa a ter provisionamento de PCLD de 100%.

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas

Mensalidades

A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses para os segmentos Kroton, Platos e Saber e 18 meses para o segmento Vasta), e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “performance” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de

perda estimada levando em conta informações atuais e históricas da inadimplência de cada produto. Apresentamos a seguir as premissas aplicadas em cada segmento:

Kroton: Pagante A metodologia de cálculo considera a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em sua data de vencimento mais antiga, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de *default*, informações acadêmicas e dados financeiros, tais como, total da dívida, histórico de renegociação, entre outros. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados. **Parcelamento Privado:** A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência.

Platos: A probabilidade de perda é calculada com base na análise das rolagens mensais de recebíveis, das contas a receber vencidas e a vencer e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a “performance” de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda conforme detalhado anteriormente, o qual é atualizado mensalmente. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias.

Movimentação das perdas esperadas

As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(835.695)
Reorganização Societária	(373.748)
Baixa contra contas a receber	232.194
Constituição	(782.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.759.756)
Baixa contra contas a receber	176.403
Constituição	(251.426)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.834.779)

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

d) Parcelamento Privado (PEP/PMT)

O saldo de contas a receber do Parcelamento Privado (PEP/PMT) é composto pelos recebíveis dos produtos de parcelamento oferecidos no ensino Presencial da Kroton, que é segregado em dois principais produtos:

- i) Parcelamento Estudantil Privado (PEP). Este produto tem por objetivo viabilizar o acesso à educação de alunos que apesar de dependerem de financiamento estudantil não possuem acesso ao mesmo. Nessa modalidade, o aluno pagaria aproximadamente metade das mensalidades do curso após formado, com expectativa de encerrar os pagamentos no dobro do prazo de duração do curso. A partir do ciclo 2021 a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes.

- ii) Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT). Este produto é oferecido somente no semestre de ingresso dos alunos e tem por objetivo facilitar o pagamento para alunos que ingressam no meio do ciclo semestral. Ao invés de se cobrar as mensalidades acumuladas desde o primeiro mês do semestre até o mês de ingresso do aluno, inicialmente o aluno pagaria apenas uma mensalidade e teria as demais postergadas para pagamento após a formatura. No segundo semestre de 2021 a Companhia alterou a oferta desse produto onde, para os novos ingressantes, as mensalidades postergadas serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas após a formatura.

Composição do Saldo

	31/12/2021			31/12/2020		
	PEP	PMT	Consolidado	PEP	PMT	Consolidado
Contas a Receber Bruto	1.557.645	483.104	2.040.749	1.412.171	452.891	1.865.062
(-) Ajuste a Valor Presente	(39.021)	(7.287)	(46.308)	(30.833)	(8.734)	(39.567)
Contas a Receber Bruto após AVP	1.518.624	475.817	1.994.441	1.381.338	444.157	1.825.495
(-) Saldo de PCLD (i)	(988.606)	(361.934)	(1.350.540)	(874.857)	(347.878)	(1.222.735)
Contas a Receber Líquido	530.018	113.883	643.901	506.481	96.279	602.760
Percentual de PCLD/CR bruto após AVP	-65,1%	-76,1%	-67,7%	-63,3%	-78,3%	-67,0%
Valores a vencer	677.136	195.518	872.654	728.412	240.043	968.454
Vencidos	880.509	287.586	1.168.095	683.759	212.848	896.608
Contas a Receber Bruto PEP / PMT	1.557.645	483.104	2.040.749	1.412.171	452.891	1.865.062

- (i) Para o produto PMT, o valor da provisão realizada equivale a 100% do saldo de títulos vencidos dos alunos evadidos, e o saldo remanescente da provisão para perda equivale a 55,1% do saldo a vencer para os alunos ativos e formados. De forma análoga, para o produto PEP, a representatividade do saldo em relação às contas a receber a vencer é de 16,9% e 100% para os valores de alunos evadidos e vencidos.

Perfil do Contas a Receber do PEP

Os alunos que compõem as contas a receber do PEP podem ser classificados em três categorias principais: ativos, formados e evadidos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Saldo Total	A vencer e vencido até 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias	Saldo Total	A vencer e vencido até 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a Receber Bruto antes das baixas (i)	1.950.308	1.066.424	883.884	1.661.681	1.111.309	550.371
Alunos ativos	722.356	722.356	-	743.629	743.629	-
Alunos formados	289.145	206.719	82.425	100.556	85.461	15.095
Alunos evadidos	938.807	137.349	801.458	817.496	282.220	535.276
(-) Baixas por recuperação/recebimento (ii)	(392.663)			(249.510)		
Contas a receber bruto	1.557.645			1.412.171		

- (i) O valor demonstrado nessas linhas refere-se ao total reconhecido de contas a receber durante todo o período em que ofertamos o produto PEP aos nossos alunos. Os saldos desconsideram os recebimentos e baixas ocorridos em diversos períodos, no montante de R\$ 392.663 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 249.510 em 31 de dezembro de 2020), afim de demonstrar os valores gerados em cada categoria de alunos, informação relevante para o cálculo da perda esperada futura.

(ii) Valores brutos de baixa por recuperação e recebimento.

Expectativa de Recuperação do PEP e PMT

A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. A projeção de perdas futuras calculada pela Companhia representa na data de sua mensuração a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência, considerando dados históricos de recebimento para as turmas PEP e PMT evadidas e formadas, ajustadas pelas condições atuais de mercado, economia e percentual de estimativa de recuperação futura. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de perda efetiva esperada com deterioração para os produtos PEP e PMT foi de 60% e 63,2%, respectivamente (59% e 64,6%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020)

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e tributos a recuperar

9.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

A Companhia possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R\$ 2.564 na controladora (R\$ 15.478 em 31 de dezembro de 2020), e R\$ 24.880 no consolidado (R\$ 37.049 em 31 de dezembro de 2020).

9.2. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS, Cofins e ISS a recuperar	2.041	2.290	2.705	2.987
Outros tributos a recuperar	2.510	2.738	2.276	2.819
	4.551	5.028	4.981	5.806
Circulante	1.780	2.350	903	3.116
Não circulante	2.771	2.678	4.078	2.690
	4.551	5.028	4.981	5.806

- (i) Refere-se a valores a recuperar de IRRF retido de aplicações e notas fiscais, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.

10. Contas a receber na venda de controladas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
UNIASSELVI	67.386	59.451
FAIR	2.103	1.800
	69.489	61.251
Circulante	69.489	-
Não circulante	-	61.251
	69.489	61.251

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos.

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas antecipadas (i)	2.093	3.823	7.509	9.896
Crédito com ex-proprietários de adquiridas (ii)	18.051	13.824	25.211	19.070
INSS Rescisões (iii)	9.731	9.731	12.769	12.769
Venda de imóveis (iv)	4.644	4.259	8.181	7.796
Contas a receber – direito de uso	20.503	21.432	19.194	21.627
Total	55.022	53.069	72.864	71.158
Circulante	29.583	22.048	42.161	34.874
Não circulante	25.439	31.021	30.703	36.284
	55.022	53.069	72.864	71.158

- (i) Composto por: R\$ 6.172 relativo a diferimento de receita no ganho de capital em operação de lease back pelo prazo do contrato de locação, e R\$ 1.337 por valores menores pulverizados.
- (ii) Composto por: R\$ 16.520 referente a confissão de dívida da unidade SOCE LINHARES, R\$ 2.367 referente a processos judiciais referente a FABRAI, R\$ 2.200 referente a processo trabalhista SEBH-PRAETORIUM e R\$ 4.124 por valores menores pulverizados.
- (iii) Composto principalmente por INSS a recuperar originado de decisões positivas judiciais sobre verbas rescisórias.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Projecta	100,0%	10.234.275	5.626	342	5.285	68
Saber	38,0%	5.125.569.249	2.204.536	478.472	1.726.064	(2.876.586)
Ceama	0,0%	-	-	-	-	(1.659)
Orme	100,0%	207.349.196	110.716	56.128	54.588	(26.137)
Unic Educacional	100,0%	210.684.858	654.278	402.212	252.066	(38.894)
União	100,0%	140.382.801	402.271	286.799	115.472	(32.902)
Cemar	100,0%	12.729.511	40.411	26.894	13.517	2.844
Cepar	100,0%	4.675.159	22.619	9.962	12.657	6.062
Cesupar	100,0%	974.207	10.030	5.840	4.190	1.550
Pses	100,0%	384.011.229	1.709.125	1.414.835	294.291	(101.107)
Saraiva	0,0%	570.430.891	446.204	94.556	351.648	(25.341)
Aesapar	14,4%	687.212.691	5.415.642	3.570.552	1.845.090	(684.067)
Platos	64,64%	13.180.772	15.288	3.669	11.619	(1.562)
Eduquer	100,0%	93.700	261	14	247	-
			<u>11.037.008</u>	<u>6.350.275</u>	<u>4.686.733</u>	<u>(3.777.732)</u>

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos investimentos em controladas

Investimento	Participação	31/12/2020	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Plano de Ações (RSU)	Juros sobre capital próprio	Amortização de mais valia	Controladora
								31/12/2021
Projecta	99,99%	5.285	-	139	-	-	-	5.424
Orme	99,99%	54.588	-	(13.031)	-	-	-	41.557
União	99,99%	115.471	4.657	(1.299)	-	-	-	118.829
Cemar	99,99%	13.517	-	513	-	(369)	-	13.661
Cepar	99,99%	12.658	-	5.207	-	(607)	-	17.258
Cesupar	99,99%	4.191	-	709	-	(201)	-	4.699
Unic Educacional	99,99%	252.067	-	(2.986)	-	-	-	249.081
Platos	64,6%	7.511	8.148	(10.255)	968	(849)	-	5.522
Eduquer	99,99%	321	-	(1)	-	-	-	320
PSES	99,99%	294.289	-	11.683	171	(6.590)	-	299.553
Mais valia		37.852	-	-	-	-	(3.268)	34.584
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Controladas)		797.750	12.804	(9.321)	1.139	(8.616)	(3.268)	790.489
Aesapar	14,4%	266.505	-	(48.382)	431	-	-	218.554
Saber	38,0%	655.212	-	67.321	(1.849)	(7.649)	-	713.035
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Coligadas)		921.717	-	18.938	(1.418)	(7.649)	-	931.588
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.719.467	12.804	9.618	(279)	(16.265)	(3.268)	1.722.077

(d) Informação sobre as controladas indiretas

Controlada por Unic Educacional	31/12/2021					
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro / Prejuízo do exercício
Unime Salvador	100%	15.916.973	130.896	122.582	8.313	(3.782)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Imobilizado

								Controladora
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16) (i)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	34.955	116.871	37.768	334.823	14.446	21.760	716.847	1.277.470
Adições	5.993	9.197	168	-	25.485	-	85.189	126.032
Adição por combinação de negócios	2.332	11.359	2.317	44.138	1.187	22.184	116.749	200.266
Baixas	(3.042)	(13.122)	(6.350)	(53.733)	(2.204)	-	(183.586)	(262.037)
Depreciações	(14.976)	(16.854)	(9.305)	(25.445)	-	-	(58.938)	(125.518)
Transferências	-	-	-	29.833	(29.833)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.262	107.451	24.598	329.616	9.081	43.944	676.261	1.216.213
Adições	4.931	4.572	65	4	22.353	-	68.517	100.442
Baixas	(70)	(580)	(372)	(12.691)	(2)	-	(1.479)	(15.194)
Depreciações	(12.197)	(15.430)	(6.601)	(25.383)	-	-	(49.850)	(109.461)
Transferências	-	-	-	13.436	(13.436)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.926	96.013	17.690	304.982	17.996	43.944	693.449	1.192.000
Taxa média anual de depreciação	25%	10%	10%	5%	0%	0%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021:								
Custo	54.773	166.592	51.917	409.868	17.996	43.944	997.424	1.742.514
Depreciação acumulada	(36.847)	(70.579)	(34.227)	(104.886)	-	-	(303.975)	(550.514)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Consolidado
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16) (i)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	44.212	175.064	55.019	501.481	17.558	43.944	1.092.806	1.930.084
Adições	8.148	12.116	702	-	42.079	-	137.016	200.061
Adição por combinação de negócios	5.705	38.907	12.091	94.586	4.682	5.003	408.413	569.387
Baixas	(3.798)	(22.957)	(8.656)	(123.610)	(6.505)	-	(358.072)	(523.598)
Depreciações	(18.704)	(25.756)	(13.104)	(39.610)	-	-	(96.422)	(193.596)
Transferências	-	-	-	39.450	(39.450)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	35.563	177.374	46.052	472.297	18.364	48.947	1.183.741	1.982.338
Adições	7.560	12.775	402	4	41.782	-	100.259	162.782
Baixas	(80)	(2.666)	(1.183)	(22.882)	(663)	-	(55.789)	(83.263)
Depreciações	(17.248)	(26.104)	(10.893)	(36.272)	-	-	(80.696)	(171.213)
Transferências	-	-	-	29.353	(29.353)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.795	161.379	34.378	442.500	30.130	48.947	1.147.515	1.890.644
Taxa média anual de depreciação	25%	10%	10%	5%	0%	0%	7%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021:								
Custo	77.443	280.399	94.801	628.313	30.130	48.947	1.575.865	2.735.898
Depreciação acumulada	(51.648)	(119.020)	(60.423)	(185.813)	-	-	(428.350)	(845.254)

14. Intangível

						Controladora
	Softwares	Produção de conteúdo	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	313.386	34.834	5.159	1.766.800	4.482	2.124.661
Adições	119.922	14.359	1.390	-	6.276	141.947
Adição por combinação de negócios	118	2	159	-	-	279
Baixas	(8.987)	(29)	(985)	-	-	(10.001)
Amortizações	(93.480)	(24.869)	(2.948)	(315)	(2.371)	(123.983)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	330.959	24.297	2.775	1.766.485	8.387	2.132.903
Adições	89.952	6.049	1.226	-	-	97.227
Baixas	(29)	(1)	(575)	(5.710)	-	(6.315)
Amortizações	(108.733)	(20.052)	(1.623)	(622)	(2.799)	(133.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	312.149	10.293	1.803	1.760.153	5.588	2.089.986
Taxa média anual de amortização	20%	50%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2020:						
Custo	611.068	46.763	5.056	1.919.353	9.956	2.592.196
Amortização acumulada	(298.919)	(36.470)	(3.253)	(159.200)	(4.368)	(502.210)
						Consolidado
	Softwares	Produção de conteúdo	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	314.081	35.437	6.074	1.870.800	4.480	2.230.872
Adições	124.296	17.007	2.023	74	6.276	149.676
Adição por combinação de negócios	456	454	1.955	-	-	2.865
Baixas	(672)	(99)	(1.478)	-	-	(2.249)
Amortizações	(93.943)	(25.846)	(3.966)	(6.255)	(2.371)	(132.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	344.218	26.953	4.608	1.864.619	8.385	2.248.783
Adições	96.909	7.351	2.036	-	2	106.298
Baixas	(39)	(5)	(722)	(5.710)	-	(6.476)
Amortizações	(112.170)	(22.214)	(2.838)	(3.889)	(2.799)	(143.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	328.918	12.085	3.084	1.855.020	5.588	2.204.695
Taxa média anual de amortização	20%	50%	33%	5%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021:						
Custo	634.569	53.235	8.990	2.014.435	9.956	2.721.185
Amortização acumulada	(305.651)	(41.150)	(5.906)	(159.415)	(4.368)	(516.490)

a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
“Goodwill” (i)	1.667.218	1.672.929
Licença de operação e rede parceira de polo (iii)	187.727	190.309
Carteira de clientes (iv)	74	1.382
	1.855.020	1.864.619

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação.

(ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 19 e 30 anos.

(iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede parceira de polos de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação.

(iv) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3 e 14 anos.

b) Testes do ágio para verificação de “impairment” por modalidade

A Companhia avalia no mínimo de forma anual a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, não foram verificados impactos que ocasionassem o reconhecimento de perda ao valor recuperável.

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

Premissa	Kroton	Platos
Quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 5,48%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 12,30% (anteriormente apresentado 10,56%). 2. Crescimento no ticket médio de calouros presencial alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2025 e meia inflação no EAD. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento acima da inflação, 5% conforme ajuste já praticado. 3. Crescimento na captação EAD com CAGR de 10% entre 2022 e 2025 e no Presencial com CAGR de 2% entre 2022 e 2025.	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 7,10%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 10,98% (anteriormente apresentado 10,22%). 2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2022 a 2029 de 19%, principalmente pelo aumento constante de captação na modalidade EAD em cliente Kroton. 3. EBITDA ajustado com CAGR de 2022 a 2029 de 25%, com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.

A seguir apresentamos a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

Consolidado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Kroton	1.854.946	1.864.545
Platos	74	74
	<u>1.855.020</u>	<u>1.864.619</u>

15. Debêntures

(a) Composição

	Remuneração	Emissão	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
EDE 4ª emissão série única (i)	CDI + 2,75% a.a.	27/08/18	15/08/26	225.634	221.489	225.634	221.489
Total				<u>225.634</u>	<u>221.489</u>	<u>225.634</u>	<u>221.489</u>
Circulante				6.991	221.489	6.991	221.489
Não circulante				218.643	-	218.643	-
				<u>225.634</u>	<u>221.489</u>	<u>225.634</u>	<u>221.489</u>

(i) Em 13 de agosto de 2021 foi realizado aditamento do contrato das debêntures emitidas pela Companhia, sendo que em virtude dessa renegociação o prazo de vencimento da parcela final foi prorrogado para 15 de agosto de 2026.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	221.489	223.890	221.489	223.890
Pagamento dos custos de emissão	(2.463)	-	(2.463)	-
Juros provisionados	12.987	7.840	12.987	7.840
Apropriação dos custos	972	404	972	404
Pagamento de juros	(7.351)	(10.645)	(7.351)	(10.645)
Saldo final	<u>225.634</u>	<u>221.489</u>	<u>225.634</u>	<u>221.489</u>

(c) Índices de desempenho compromissados

Emissão "EDE" (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela controladora requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais são apurados trimestralmente, durante a vigência desta emissão, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da controladora direta Cogna, garantidora da emissão. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2021.

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O cálculo de *covenants* financeiros considera os resultados das operações continuadas

e descontinuadas, sendo necessário considerar os efeitos apresentados à nota explicativa 5, em conjunto aos quadros apresentados nas respectivas notas explicativas.

Em 06 de maio de 2021, conforme comunicado realizado ao mercado, os debenturistas da Companhia aceitaram, pela maioria do quórum presente, a consideração, para fins do cálculo do EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, R\$ 644.000 decorrentes de provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) que foram contabilizados pela Companhia ao longo de 2020 (R\$ 229.000 no segundo trimestre de 2020 e R\$ 415.000 no quarto trimestre de 2020), como ajuste extraordinário e, portanto, não incluídos na apuração do Índice Financeiro durante o período compreendido entre o 4º trimestre de 2020 até o 3º trimestre de 2021.

O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,16, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

De acordo com a escrituras de debêntures, com relação as demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2021.

(d) Cronograma de amortização

	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
		Consolidado		Consolidado	
		Total	%	Total	%
Total passivo circulante	em até um ano	6.991	3,1	221.489	100,0
		6.991	3,1	221.489	100,0
	um a dois anos	54.630	24,2	-	0,0
	dois a três anos	54.630	24,2	-	0,0
	três a quatro anos	54.630	24,2	-	0,0
	quatro a cinco anos	54.753	24,3	-	0,0
Total passivo não circulante		218.643	96,9	-	0,0
		225.634	100,0	221.489	100,0

16. Arrendamento por direito de uso

(a) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	841.680	1.244.443
Adições	23.700	23.700
Atualizações	63.727	115.563
Cancelamentos	(198.952)	(396.107)
Pagamento de juros	(84.395)	(128.946)
Ajuste a valor presente (ii)	92.107	138.909
Pagamento de principal	(33.009)	(53.701)
Descontos obtidos - Covid19	(12.281)	(16.934)
Incorporação	120.149	447.649
Saldos em 31 de dezembro de 2020	812.727	1.374.576

Adições	9.043	29.608
Atualizações	59.474	70.651
Cancelamentos	(5.381)	(65.313)
Pagamento de juros	(81.034)	(129.219)
Ajuste a valor presente(ii)	87.803	139.954
Pagamento de principal	(35.458)	(58.869)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descontos obtidos - Covid19	(1.797)	(4.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	845.377	1.356.665
Circulante	40.427	65.773
Não circulante	804.950	1.290.892
	845.377	1.356.665

- (ii) Relacionado aos impactos decorrentes do estudo de viabilidade e reestruturação das unidades do negócio Kroton (“*Turnaround Kroton*”), o que resultou em renegociação ou encerramento de contrato nos imóveis locados.
- (iii) O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado para a vida útil do contrato, considerando seu prazo de vencimento. A taxa é calculada pelo nosso custo de capital menos o impacto estimado pela garantia na taxa.

Além dos valores apresentados acima, alguns dos arrendamentos de imóveis em que a Companhia e suas controladas são arrendatários contêm termos de pagamento variáveis que estão vinculados ao desempenho do uso do ativo subjacente, e, portanto, não estão incluídos na mensuração nos saldos contábeis.

De acordo com as escrituras de debêntures, as operações de arrendamento do Grupo não têm qualquer impacto nos cálculos dos índices financeiros (*covenants*) das debêntures.

(b) Itens não aplicáveis ao escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16

Conforme facultado no CPC 06 (R2) / IFRS 16, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e com isso não serão incluídos ao passivo de arrendamento. Apresentamos a seguir estes efeitos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Pagamentos Fixos	188.088	182.647
Pagamentos Variáveis	261	32
Pagamentos relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor	17.341	1.433
Total Pago	205.690	184.112

(c) Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos “compromissos futuros” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Consolidado		
	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2021	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2020
Até um ano	195.617	(129.844)	65.773	189.668	(131.799)	57.869
Um ano até cinco anos	969.313	(382.437)	586.876	921.267	(378.399)	542.868
Mais de cinco anos	1.461.526	(757.510)	704.016	1.512.962	(739.123)	773.839
	2.626.456	(1.269.791)	1.356.665	2.623.897	(1.249.321)	1.374.576

(d) Impactos ao resultado da Companhia

	31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Demonstração dos Resultados do exercício		
Depreciação e Amortização	(80.696)	(96.422)
Despesas financeiras	(139.954)	(138.909)
Receitas financeiras	1.930	2.072
Outros ganhos e perdas ⁽ⁱ⁾	8.260	22.510
Resultado na baixa – Campus do Futuro	-	32.601
	(210.460)	(178.148)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8.388	14.008
	(202.072)	(164.140)
Valores de aluguéis pagos no exercício	(188.088)	182.647
Impacto no resultado decorrente nova política	(390.160)	18.507

(i) Composto substancialmente pelos descontos obtidos nas renegociações de contratos em virtude da pandemia da Covid-19.

(e) Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2019

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Descrição	Consolidado			
	Saldos registrados - IFRS 16 / CPC 06 (R2) (i)	Fluxo com projeção de inflação	Variação em R\$	Variação em %
Direito de uso líquido	1.147.515	1.351.300	203.785	17,76%
Passivo de arrendamento	1.356.665	1.515.983	159.318	11,74%
Despesa financeira líquida	139.954	110.195	(29.759)	-21,26%
Despesa de depreciação	80.696	111.534	30.838	38,21%
Contas a receber de subarrendamento	19.249	20.839	1.590	8,26%

⁽ⁱ⁾ Conforme saldo contabilizado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxos de Caixa	31/12/2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	2.626.456	1.356.665
PIS/COFINS potencial (3,65%)	(94.978)	(48.934)
	2.531.478	1.307.731

17. Fornecedores – risco sacado

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R\$ 12.536 (R\$ R\$ 11.977 em 31 de dezembro de 2020), as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,12% a.m. (em 31 de dezembro de 2020, a média ponderada foi de 1,04% a.m.) e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira.

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	28.485	30.100	39.628	37.329
INSS a recolher	8.421	12.013	11.455	15.645
FGTS a recolher	3.352	3.498	4.404	4.485
IRRF a recolher	7.679	5.838	13.495	9.489
Provisão de férias	15.281	22.146	20.446	30.115
Encargos sobre provisões	5.106	7.359	6.834	10.022
Provisão de participação dos lucros	52.243	9.897	59.192	13.251
Outros	17.032	5.391	20.378	6.128
	137.599	96.242	175.832	126.464

19. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ISS	24.044	25.965	39.239	39.422
PIS	-	521	-	718
COFINS	1.023	3.314	1.440	4.779
IRRF	3.991	5.217	6.006	9.550
CSLL	26	8	83	66
Demais	4.284	5.105	7.561	8.324
	33.368	40.130	54.329	62.859

20. Contas a pagar - aquisições

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Metropolitana	23.411	26.038
Total	23.411	26.038
Circulante	8.836	6.647
Não circulante	14.575	19.391
	23.411	26.038

A seguir apresentamos as movimentações ocorridas na rubrica de contas a pagar em aquisições:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	26.038	37.747
Adição	-	322
Atualização de juros	2.482	1.362
Baixas/Compensações	(10)	-
Ajuste a valor presente	887	1.061
Pagamentos	(5.986)	(14.454)
Saldo final	23.411	26.038

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI de acordo com os respectivos contratos.

Abaixo cronograma de amortização das contas a pagar por aquisições:

	Vencimento	Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Total	%	Total	%
	até um ano	8.836	37,7	6.647	25,5
Total passivo circulante		8.836	37,7	6.647	25,5
	Um a dois anos	5.029	21,5	4.817	18,5
	Dois a três anos	5.249	22,4	5.028	19,3
	Três a quatro anos	4.297	18,4	5.249	20,2
	Quatro anos em diante	-	0,0	4.297	16,5
Total passivo não circulante		14.575	62,3	19.391	74,5
Total		23.411	100,0	26.038	100,0

21. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda dos processos judiciais e administrativos nos quais figura como parte (ré).

21.1. Processos com expectativa de perda provável e movimentação

No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	49.455	6.615	47.217	103.287
Adições	876	50.419	22.242	73.537
Atualização monetária	259	6.545	4.843	11.647
Reversões	(3.521)	(12.735)	(15.267)	(31.523)
Total efeito resultado	(2.386)	44.229	11.818	53.661
Pagamentos	(861)	(41.819)	(22.876)	(65.556)
Total pagamentos	(861)	(41.819)	(22.876)	(65.556)
Adição Ex Mantenedor	-	26	1.704	1.730
Atualização Monetária Ex Mantenedor	-	15	7	22
Reversão Ex Mantenedor	-	(35)	(5.964)	(5.999)
Total Ex Mantenedor	-	6	(4.253)	(4.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.208	9.031	31.906	87.145

(i) **Tributárias**

- Execução fiscal ajuizada pelo Município de Ipatinga/MG em face da controlada Pitágoras cobrando o ISSQN de 2010 a 2014, no valor de R\$ 6.216. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal e o processo aguarda a decisão de 1ª Instância;
- Contingência provisionada conforme norma IFRIC 23 durante o último exercício, no montante de R\$ 39.731.

(ii) **Trabalhista**

- Ação trabalhista envolvendo pedidos de diferenças salariais, equiparação salarial, horas extras excedente a jornada de trabalho, e demais verbas trabalhistas, e honorários periciais, que totalizam o importe de R\$ 1.996. A responsabilidade do processo é da Companhia.

21.2. Processos com expectativa de perdas possíveis

O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia, incluindo os valores de novas contingências dessa classificação que foram geradas no período posterior à combinação de negócios:

			Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	Quantidade 31/12/2021	Quantidade 31/12/2020
Tributárias	548.544	459.357	176	147
Cíveis	264.610	254.831	9.369	10.426
Trabalhistas	96.496	74.569	581	582
Total	909.650	788.757	10.126	11.155

A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2021, 10.126 processos judiciais/administrativos classificados pela administração como risco de perda possível com base na opinião

de seus assessores legais, dos quais destacamos os principais:

(j) Tributárias:

- Ações fiscais ajuizadas pela União Federal com a finalidade de cobrança de dívida tributária oriunda de contribuições previdenciárias relativas à inscrição em dívida ativa referente ao período em que a controlada UNIC IUNI Educacional S/A (incorporada na controladora Editora e Distribuidora Educacional S/A) pertencia ao ex-mantenedor e gozava de imunidade tributária quando era entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Os processos fiscais relacionados a este objeto totalizam R\$ 134.396. A responsabilidade desta contingência é da Companhia;
- Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em face da controlada Editora e Distribuidora Educacional S/A (EDE) visando a cobrança de contribuição previdenciária sobre a parcela paga pela Companhia a colaboradores elegíveis no ano calendário de 2013 a 2016. Considerando o principal e acessório (multa e juros de mora), a autuação tem o valor de R\$ 77.857. A autuação é de responsabilidade da Companhia;
- Autuação fiscal lavrada pela Secretaria Receita Federal do Brasil em face da Editora e Distribuidora Educacional, sucessora por incorporação de UNIC IUNI Educacional, relacionado a não dedutibilidade da despesa no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de plano de Participação nos Lucros e Resultados, no período de 2015 a 2017. O auto de infração foi lavrado no montante de R\$ 70.908, sendo R\$ 46.000 relativos a não dedutibilidade da despesa e R\$ 24.908 relativos à multa isolada pelo recálculo mensal do IRPJ com a tributação do PLR. A responsabilidade dessa contingência é da Companhia;
- Ação anulatória que ajuizamos em face do Município de Porto Alegre da antiga controlada Sociedade Educacional Leonardo da Vinci Ltda, visando o cancelamento do Auto de Infração, lavrado pela municipalidade, no valor de R\$ 32.661, para cobrar débitos supostamente apurados no período de janeiro de 2012 a junho de 2017 relativos a ISS. A Responsabilidade da Companhia quanto ao total do auto de infração é da ordem de R\$ 20.084;
- Execução Fiscal recebido pela companhia em 2021, proposta pela União Federal visando a cobrança de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido referente ao período de 2011. A responsabilidade pelo processo é integral dos ex mantenedores, no valor de R\$ 21.175, sendo que a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- A Companhia é parte ainda em 159 processos de natureza tributária, de valores individuais inferiores ao item acima, com valor médio de R\$ 1.330, os quais totalizam R\$ 211.546.

(jj) Cíveis:

- Ação monitoria em que a parte autora requer pagamento referente a execução de obras nas unidades localizadas em São Luis, Maranhão e outras Unidades, alegando ter realizado cerca de 80% das obras e não recebeu pelos serviços. A responsabilidade desta contingência é da companhia, no valor de R\$ 6.208;
- Ação de reparação de dano, referente a alegação de descumprimentos contratuais referente a locação, no município de Marabá, envolvendo pedidos de danos materiais e morais no valor de R\$ 5.950. A responsabilidade deste processo é dos antigos mantenedores;

- A Companhia é parte ainda em 9.368 processos de natureza cível, de valores individuais inferiores ao item acima, com valor médio de R\$ 27, os quais totalizam R\$ 252.452. As demandas envolvem em sua maioria pedidos de natureza consumerista.

(iii) Trabalhistas:

- Ação trabalhista envolvendo pedidos de diferenças salariais entre professores, horas extras excedente a jornada de trabalho advindas de orientações de TCC e seus reflexos nas demais verbas trabalhistas, e honorários assistenciais, que totalizam o importe de R\$ 5.417. A responsabilidade do processo é da Companhia.
- Ação trabalhista envolvendo pedidos de enquadramento de função para o cargo de professor/tutor; diferenças salariais entre professores, e seus reflexos nas demais verbas trabalhistas, 13º, férias, FGTS; verbas rescisórias e honorários assistenciais, que totalizam o importe de R\$ 5.000. A responsabilidade do processo é da Companhia.
- A Companhia é parte ainda em 579 processos de natureza trabalhista com valor médio de R\$149, totalizando R\$ 86.079. As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de verbas rescisórias, horas extras e demais verbas trabalhistas em geral.

21.3. Provisão para passivos assumidos em combinação de negócios

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, reconheceu em seu passivo potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento das legislações trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia reconheceu, contabilmente, a potencial obrigação resultante de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

O saldo dos passivos assumidos na combinação de negócios com empresas adquiridas são os seguintes:

			Consolidado
	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.878	1.107	17.985
Atualização monetária	649	41	690
Total efeito resultado	649	41	690
Reversões Ex Mantenedor	(188)	(209)	(397)
Total Ex Mantenedor	(188)	(209)	(397)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.339	939	18.278

Os principais processos judiciais/administrativos da Companhia decorrentes de aquisições realizadas no ano de 2021, classificados pela administração como possível com base na opinião de seus assessores legais, são os seguintes:

- Tributário - Mediante histórico e análises de riscos suspensão do PROUNI IRPJ/CSLL/ PIS/ COFINS de R\$ 12.650 e outros procedimentos que podem sofrer questionados de natureza tributária que totalizam R\$ 4.689.

21.4. Conciliação dos efeitos no resultado e aplicáveis ao fluxo de caixa

		Impacto no Resultado			Impacto em fluxo de Caixa
		Adição (reversão) de Provisão	Juros provisionados	Total	Pagamentos (Atividades Operacionais)
Provisão para perdas em processos tributários, trabalhistas e cíveis	Adições	73.537	-	73.537	-
	Atualização	-	11.647	11.647	-
	Reversão	(31.523)	-	(31.523)	-
	Pagamentos	-	-	-	(65.556)
	Efeito Resultado	42.014	11.647	53.661	(65.556)
Passivos assumidos na combinação de negócios	Atualização	-	690	690	-
	Efeito Resultado	-	690	690	-
	Efeito Total	42.014	12.337	54.351	(65.556)

22. Depósitos judiciais e garantias de provisão para perdas tributárias trabalhistas e cíveis

22.1. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	9.102	8.539	9.152	8.585
Cíveis	568	69	1.525	1.191
Trabalhistas	5.672	8.670	10.012	12.908
Total	15.342	17.278	20.689	22.684

22.2. Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Abaixo a composição dos processos judiciais/administrativos provisionados, cuja responsabilidade é garantida contratualmente pelo ex-mantenedor:

	Consolidado			Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	
Saldo em 31/12/2020	15.463	157	6.329	21.949
Adição	-	26	1.704	1.730
Atualização monetária	-	15	7	22
Reversões	(188)	(34)	(6.173)	(6.395)
Saldo em 31/12/2021	15.275	164	1.867	17.306

As garantias constituídas em razão das aquisições, em contrapartida de contingências mencionadas na nota

21.3, estão previstas contratualmente e são compostas por: a) retenção de aluguéis de imóveis locados por subsidiárias da Companhia; b) retenção de parte do preço de aquisição; e c) hipoteca de imóvel pertencente aos vendedores. Os valores contabilizados de provisão de contingência e a sua contrapartida em garantia dos vendedores representando os valores apurados até o momento, com base nas informações disponíveis da diligência efetuadas pelos assessores externos da Companhia e, que poderão ser revisadas em até de um ano da data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de negócios.

23. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

23.1. Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	(51.674)	(1.786.721)	(54.745)	(1.864.568)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	17.569	607.485	18.613	633.953
Equivalência patrimonial	2.159	(483.123)	6.306	(426.891)
Incentivo fiscal em controladas sujeitas ao benefício Pro Uni	-	-	2.454	3.340
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido.	(7.311)	(6.205)	(8.671)	(6.078)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	-	-	(8.177)	(6.146)
IRPJ e CSLL demais movimentações	-	3.157	258	(4.316)
Total IRPJ e CSLL	12.417	121.314	10.782	193.862
IRPJ e CSLL correntes no resultado	81	(1.030)	(1.191)	(11.171)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	12.336	122.344	11.973	205.033
	12.417	121.314	10.782	193.862

23.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

	Controladora		
	31/12/2020	Efeitos no Resultado	31/12/2021
Imposto de renda / Contribuição Social:			
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	17.339	23.687	41.026
Diferenças Temporárias do Lucro Real			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	262.626	17.234	279.860
Ajuste a valor presente	9.212	1.592	10.804
Provisão de contingências	10.538	(3.974)	6.564
Depreciação e Custo de Empréstimo	(10.667)	343	(10.324)

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisões não dedutíveis	10.885	9.326	20.212
Participação nos lucros e resultado	705	-	705
Plano de Opção de Ações	19.258	9.934	29.192
Arrendamento por direito de uso	38.752	8.247	46.999
Ágio sobre combinação de negócios	(382.623)	(54.053)	(436.676)
Alienação	(7.541)	-	(7.541)
Passivo não circulante líquido	(31.516)	12.336	(19.179)
Ativo não circulante	-	-	12.061
(-) Passivo não circulante	(31.516)	-	(31.240)
Total	(31.516)		(19.179)

	<u>31/12/2020</u>	<u>Efeitos no Resultado</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
<u>Imposto de renda / Contribuição Social:</u>			
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	26.781	27.519	54.300
<u>Diferenças Temporárias do Lucro Real</u>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	426.131	23.174	449.305
Ajuste a valor presente	13.702	1.821	15.523
Provisão de contingências	20.453	(6.171)	14.282
Depreciação e Custo de Empréstimo	(918)	(3.235)	(4.153)
Provisões não dedutíveis	16.868	6.185	23.054
Participação nos lucros e resultado	705	-	705
Plano de Opção de Ações	19.344	10.016	29.360
Arrendamento por direito de uso	55.942	8.388	64.330
Ágio sobre combinação de negócios	(397.396)	(55.724)	(453.120)
Alienação	10.321	-	10.321
Ativo (passivo) não circulante líquido	191.933	11.973	203.907
Ativo não circulante	223.506	-	235.204
(-) Passivo não circulante	(31.573)	-	(31.297)
Total	191.933		203.907

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual.

23.3. Incentivos fiscais

O Pro Uni estabelece por meio da Lei no. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As entidades de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

O valor dos benefícios fiscais em virtude do Pro Uni apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo PIS e COFINS, é de R\$70.059 (R\$83.412 em 31 de dezembro de 2020).

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$2.849.616, correspondente a 2.849.615,508 ações ordinárias.

24.2. Reserva de capital

O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 107.138 (R\$ R\$ 91.579 em 31 de dezembro de 2020).

24.3. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve distribuição de dividendos à controladora direta Cogna, (R\$1.521.014 em 31 de dezembro de 2020).

24.4. Participação de acionistas não controladores

A Companhia possui participação de 64,64% em sua controlada direta Platos Soluções Educacionais S.A. ("Platos"). Em maio de 2021, a Companhia procedeu com aumento de sua participação acionária no patrimônio líquido para 68,07%, sendo o restante da participação pertencente a outra entidade do Grupo Cogna. Em 31 de dezembro de 2021, o montante pertencente ao controle de acionistas minoritários totalizava R\$ 2.719.

24.5. Programa de outorga de ações restritas

Conforme descrito na nota explicativa 28.1 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Controladora Cogna, e em conjunto com o apresentado na nota explicativa 2.18 dessa Demonstração Financeira, o Grupo aprovou durante o ano de 2018 a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto, onde poderão ser outorgadas em Ações Restritas aos executivos com o objetivo de promover a migração de opções de compras de ações outorgadas do Plano 2015, mediante aceitação expressa dos respectivos beneficiários e sua renúncia às opções de compra de ações ainda não exercidas. Foram fixados os termos e condições que seguem: a) seriam elegíveis à migração os beneficiários cujo contrato tivesse período de carência do último lote encerrando-se em 2020, 2021 ou 2022; b) seriam mantidos os períodos de carência dos contratos originais e preservados no cálculo da relação de troca os ganhos originais esperados pelos beneficiários. Houve o recálculo do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da modificação separadamente para cada um dos lotes de cada outorga. O gerenciamento dos planos é realizado pela Controladora Direta Cogna, e o reconhecimento substancial das despesas relativas às outorgas é realizado pela EDE, visto que essa é responsável pela folha de pagamento do Grupo. Assim sendo, um maior detalhamento dos movimentos realizados durante o ano de 2020, assim como demais informações acerca dos planos ofertados está apresentado nas notas explicativas supracitadas da Cogna, as quais devem ser lidas em conjunto com esse relatório.

A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R\$15.559 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$20.795 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido.

25. Partes relacionadas

25.1. Transações entre partes relacionadas

As principais transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são resumidas abaixo:

Partes Relacionadas Ativo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rateio de despesas corporativas	125.101	5.644	129.905	49.960
Juros sobre capital próprio a receber	6.602	19.375	-	-
Vendas de ativo a coligadas	32.239	-	33.533	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.212	3.351	-	-
	166.154	28.370	163.438	49.960
Ativo Circulante	163.942	25.019	163.438	49.960
Ativo Não Circulante	2.212	3.351	-	-
	166.154	28.370	163.438	49.960

- (i) Houve valores a receber derivadas dos rateios de despesas corporativas realizado entre as controladas, via nota de débito, no montante de R\$ 125.101 na controladora e R\$ 129.905 no consolidado.

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, houve também contas a receber referente a venda de ativos a coligadas no montante de R\$32.239 na controladora e R\$33.533 no consolidado, juros sobre capital próprio a receber de R\$6.602, e adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 2.212 na controladora.

Partes Relacionadas Passivo:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures a pagar Cogna Educação S.A (i)	814.128	804.268
	814.128	804.268
Passivo Circulante	13.911	4.051
Passivo Não Circulante	800.218	800.218
	814.128	804.268

- (i) Em abril de 2019, a Controladora direta Cogna realizou transferência dos valores que foram captados mediante a sua primeira emissão de debentures, ocorrida em 15 de abril de 2019, à EDE. Contraparte a este movimento, a EDE emitiu debentures privadas para a Cogna, cujo valores e demais obrigações correspondem ao destacado na emissão pública feita pela Controladora. O montante atualizado destas obrigações em 31 de dezembro de 2021 é de R\$814.128, controladora e consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rateio de despesas corporativas (i)	220.640	380.372	224.239	112.711
Valores devidos a controladoras - mútuo (ii)	856.673	1.027.795	1.410.566	2.511.932
	1.077.312	1.408.168	1.634.805	2.624.643
Passivo Circulante	1.077.312	380.317	1.634.805	112.711
Passivo Não Circulante	-	1.027.850	-	2.511.932
	1.077.312	1.408.168	1.634.805	2.624.644

- (i) Houve obrigações a pagar derivadas de valores que foram recebidos pela controladora e suas controladas, mas relativos as operações das demais entidades do segmento Kroton. O montante repassado às devidas entidades, reconhecido via nota de débito, foi de R\$220.640 na controladora e R\$224.239 no consolidado, com impacto no resultado do exercício de R\$ 89.610 na controladora e R\$75.431 no consolidado.
- (ii) A Controladora direta Cogna, com o objetivo de melhor alocação de capital entre as empresas controladas, realizou transferências de valores em caixa para suas controladas e com contrapartida de aumentos de capital ou contratos de mútuo, dependendo de uma análise de cada sociedade. Para tanto, foram celebrados contratos de empréstimos com vencimento em julho/2022, considerando a remuneração de CDI+3,57% a.a. Sobre essas operações não incide o imposto sobre operações financeiras (IOF), em decorrência do Decreto 10.504/2020, aprovado pelo Governo, que definiu alíquota zero para o imposto nas operações de crédito. Apresentamos a seguir os saldos a receber por entidade controlada:

				Consolidado
Mútuo:	Valor Principal	Juros	Liquidação	31/12/2021
De Cogna para EDE	1.027.795	61.774	(232.897)	856.672

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De Cogna para Unime Salvador	61.668	4.999	-	66.667
De Cogna para UNIC	298.061	8.994	(307.055)	-
De Cogna para PSES	914.738	48.773	(476.285)	487.226
De Cogna para União	209.670	6.327	(215.997)	-
	2.511.932	130.867	(1.232.233)	1.410.566

25.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários	11.165	8.836
Benefícios	246	273
Encargos	4.095	2.075
Remuneração variável (i)	15.207	1.540
	30.713	12.724

(i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

26. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>Coberturas</u>
Bens do imobilizado	338.000
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	9
Veículos	10.789
	348.798

27. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	1.964.606	2.136.289	2.736.641	2.907.692
Deduções da receita bruta				
Impostos	(41.968)	(48.511)	(63.775)	(80.535)
ProUni	(300.428)	(370.311)	(450.524)	(553.535)
Descontos e devoluções	(167.121)	(169.924)	(272.261)	(249.673)
Receita líquida	1.455.090	1.547.543	1.950.082	2.023.949

28. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos sociais	(528.674)	(509.578)	(701.048)	(645.344)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(174.935)	(514.895)	(251.426)	(782.506)
Depreciação e amortização	(192.819)	(190.248)	(230.538)	(223.300)
Publicidade e propaganda	(109.924)	(251.836)	(126.915)	(255.701)
Custo dos produtos vendidos	28	(664)	67	(664)
Amortização mais valia ágio alocado	(621)	(315)	(3.889)	(6.255)
Utilidades, limpeza e segurança	(120.899)	(89.590)	(158.153)	(121.866)
Depreciação - IFRS 16	(49.850)	(58.938)	(80.696)	(96.422)
Consultorias e assessorias	(140.027)	(124.833)	(148.860)	(124.970)
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	26.349	20.878	7.382	(103.554)
Aluguel e condomínio	(13.207)	(9.473)	(25.494)	(11.594)
Taxas e contribuições	(9.406)	(13.070)	(21.352)	(16.212)
Viagens	(6.671)	(4.379)	(6.933)	(4.579)
Serviços de terceiros	(2.212)	(3.032)	(3.050)	(3.667)
Contingências	(28.572)	(63.541)	(42.014)	(86.247)
	(1.351.440)	(1.813.514)	(1.792.919)	(2.482.881)
Custo das vendas e serviços	(282.119)	(411.386)	(434.499)	(550.660)
Despesas com vendas	(138.832)	(251.836)	(174.641)	(255.702)
Despesas gerais e administrativas	(738.576)	(566.706)	(915.952)	(742.757)
Provisão para perda esperada	(174.935)	(514.896)	(251.426)	(782.506)
Outras receitas operacionais	1	812	5.691	2.619
Outras despesas operacionais	(16.979)	(69.501)	(22.091)	(153.876)
	(1.351.440)	(1.813.514)	(1.792.919)	(2.482.881)

- (i) A redução observada entre os exercícios relaciona-se substancialmente aos efeitos decorrentes do projeto de reestruturação de polos da Unidade Kroton (Campus do Futuro), que resultou em reconhecimento de despesas no montante de R\$ 27.950 em 2021 (R\$ 187.084 em 2020), constituído da baixa de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, além de multas contratuais.

29. Resultado financeiro

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	45.415	43.463	77.456	65.211
Rendimentos sobre aplicações financeiras	13.034	4.570	53.052	12.688
Descontos obtidos	6	544	11	544
Juros de subarrendamento	1.930	2.072	1.930	2.072
Juros ativo	7.102	19.506	7.315	20.133
Outras receitas financeiras	7.578	14.670	6.465	15.827
	75.065	84.825	146.229	116.475
Despesas financeiras				
Juros de Arrendamento	(87.803)	(92.107)	(139.954)	(138.909)
Juros e custos das debêntures	(53.154)	(33.505)	(53.154)	(33.505)
Atualização de Contingências	(7.786)	(833)	(12.337)	(2.027)
Juros sobre mútuos	(61.125)	(27.943)	(140.486)	(59.726)
Outras despesas financeiras	(15.693)	(20.602)	(18.415)	(21.671)
Aquisição de controladas	(3.369)	(2.316)	(3.369)	(2.212)
Tarifas bancárias e de cobrança	(7.534)	(6.710)	(8.483)	(7.308)
Juros e mora comercial	(151)	(396)	(196)	(534)
Juros e mora fiscal	(124)	(214)	(289)	(658)
	(236.739)	(184.626)	(376.683)	(266.550)
Resultado financeiro	(161.674)	(99.801)	(230.454)	(150.075)

30. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(39.257)	(1.665.407)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (em quantidade)	2.849.616	2.849.616
Prejuízo básico por ação ordinária	(0,01)	(0,58)

31. Informações suplementares aos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo realizou durante o ano de 2020 movimentações no seu balanço patrimonial que não representaram movimento em caixa. A seguir demonstramos estes efeitos:

	31/12/2021	
	Controladora	Consolidado
Ajustes para:		
Imobilizado		
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16 / CPC 06)	68.517	100.259
Baixa de arrendamentos financeiros (IFRS 16 / CPC 06)	(1.479)	(55.789)
	67.038	44.470
Passivos assumidos na combinação de negócios		
Garantias de ex-mantenedores	33	4.644
	33	4.644
	67.071	49.114

* * * * *

Roberto Afonso Valério Neto
Diretor presidente

Frederico da Cunha Villa
Vice-Presidente Financeiro (CFO)
e
Diretor de Relações com Investidores

Cesar Augusto Silva
Diretor de Controladoria
CRC 1SP-312377/O-7